

AS RELAÇÕES DIRETAS DE PODER ENQUANTO INSTRUMENTO ANALÍTICO PARA A COMPREENSÃO DA POBREZA NO *SATYRICON* DE PETRÔNIO

*Fábio Faversani**

Resumo

Este artigo relata os resultados parciais de uma pesquisa mais ampla que procurou apreender a construção promovida por Petrônio para caracterizar os personagens livres pobres e suas estratégias de ação social. Para realizar esse exame, pareceram-nos insuficientes proposições analíticas fundadas nos conceitos de classe e estamento, o que nos levou a aprofundar a discussão que tem sido empreendida por autores anglófonos acerca das relações diretas de poder. Essa perspectiva, apesar de apresentar alguns problemas, propicia interessantes alternativas para a compreensão do fluido e muito complexo universo dos setores sociais subalternos romanos. É o resultado do exame crítico dessa alternativa que pretendemos sintetizar ao longo desse artigo.

Este artigo é produto de uma pesquisa que resultou em uma Dissertação de Mestrado, defendida em maio de 1995 junto ao Departamento de História Econômica da USP.¹ Nosso objetivo geral era apreender a construção promovida por Petrônio para caracterizar os personagens livres pobres e suas estratégias de ação social. Para realizar esse exame, pareceram-nos insuficientes as proposições analíticas fundadas nos conceitos de classe e estamento,² o que nos levou a aprofundar a discussão que tem sido empreendida por autores anglófonos acerca das relações diretas de poder. Essa alternativa, apesar

* Professor do Departamento de História da UFOP.

de apresentar alguns problemas, propicia interessantes alternativas para a compreensão do fluido e muito complexo universo dos setores sociais subalternos romanos. É o resultado do exame crítico dessa alternativa que pretendemos sintetizar ao longo desse artigo.

A sociedade romana foi pensada, pela maior parte dos estudiosos, até a década de 1960, tomando as categorias jurídico-estatutárias como um elemento determinante da divisão social. Assim, no período do Principado teríamos, fundamentalmente, sete ordens: senadores, decuriões, eqüestres, *ingenui* (ou plebes, às vezes subdividida em urbana e rústica), libertos, escravos, *peregrini*.³ Essa perspectiva de associar extratos jurídicos às camadas sociais foi criticada, através de estudos de abrangência variada, culminando na brilhante crítica de Finley. Este demonstrou a incongruência daquele modelo historiográfico com as provas documentais disponíveis. Atentou, em especial, para a limitação de suas bases conceituais, principalmente no que se refere à aplicação de noções como classe e ordem à sociedade romana, onde a dinâmica social não as admite.⁴

Foi no sentido destas críticas que surgiram revisões como a de Alföldy,⁵ que desenhou para os setores subalternos uma divisão verticalizada opondo setores urbanos aos rurais e colocando lado a lado escravos, livres e libertos. Este resultado foi possível quando se deu um peso devido a variáveis de caráter extrajurídico, como a riqueza, o prestígio, o *status*, as relações políticas entre os agentes, etc.⁶ No entanto, sua análise dá um peso acentuado às elites, levando à incompreensão dos setores subalternos.⁷ Essa deficiência parece-nos superável, se mudarmos o eixo de apreensão da sociedade e se tomarmos as relações diretas de poder como elemento primário de análise. Este conceito foi discutido por Garnsey e Saller, para quem são categorias básicas de interação social.⁸

Nesse sentido, nossa intenção é retomar a discussão teórica levada a cabo por Garnsey, Saller e outros autores anglófonos, a fim de evidenciar o que eles têm avançado, em relação ao visto até aqui, e onde há limites que precisam ser superados.

Como este grupo de pesquisadores atribui principalmente a Saller e, em menor medida, a Garnsey o mérito de ter produzido as idéias que pretendemos analisar,⁹ nada mais sensato do que centrar nossa

atenção nas obras desses dois autores. Nesse sentido, apontamos para alguns trabalhos que nos parecem chave deste desenvolvimento.

Assim, iniciemos por 1982, quando a Greece & Rome publicou o número 15 da “New Surveys in the Classics”, de autoria de Garnsey e Saller, intitulado *The Early Principate: Augustus to Trajan*.¹⁰ Os autores faziam, neste momento, uma leitura da sociedade romana que torna difícil ver algo de *new*. Propunham uma divisão em seis ou sete ordens hierarquicamente ordenadas. Acima de todas, a senatorial; imediatamente abaixo, a equestre.

Após a *ordo equester* (e sobrepondo-se a essa) vem a ordem dos decuriões. (...) Senadores, equestres, e decuriões, junto com os veteranos do serviço militar, compõem o grupo dos honestiores, cuja posição social e serviços ao Estado lhes garantiam privilégios legais, incluindo penas mais leves, mais humanas, que aquelas reservadas às massas, aos humiliores.¹¹

Não é possível dizer se os veteranos são considerados como uma “ordem”, nem por que o adiantamento teleológico da distinção legal entre honestiores e humiliores. Assim, a visão dos autores sobre as elites, além de se marcar pelo uso de instrumentos metodológico-conceituais sujeitos a justas críticas, caracteriza-se por uma falta de rigor com relação à verificação empírica. Se a situação não é boa quando se trata das elites, é pior ainda quando abordam o que nomeiam de “massas”. Os autores adotam uma hierarquização das “massas” em três ordens: livres, libertos e escravos. “O livre pobre é uma categoria residual produzida a partir de diversos grupos”,¹² ou, em outras palavras, restolho de não se sabe bem o quê. “Nosso conhecimento sobre os *ingenui* urbanos é bastante fragmentário”,¹³ mas é certo que acreditavam “menos proveitoso lutar contra o sistema do que aceitar o pão e circo do Imperador”.¹⁴ Apesar de o discurso destes pesquisadores se colocar dentro do que apontamos em nossa Dissertação como os marcos de uma abordagem conservadora, que não faz avançar nosso conhecimento sobre a pobreza, é possível notar algo nesse discurso que, como veremos, desenvolver-se-á posteriormente. Trata-se da idéia de que as relações estabelecidas entre os agentes servem como uma forma de ordenação social. Os autores não desenvolvem esta idéia, apenas a

mencionam *en passant*, quando dizem que “relações verticais entre membros de diferentes classes reduzem a incidência de conflito social”.¹⁵

Tanto o descaso pelos setores subalternos, quanto o não-desenvolvimento da noção de relações verticais surpreendem. O trabalho dos autores não apontava neste sentido: Peter Garnsey foi, dois anos antes da publicação de *The Early Principate*, editor de um volume que reunia artigos, analisando o trabalho não-escravo no mundo greco-romano.¹⁶ Saller, no mesmo ano, publicou *Personal patronage under the Early Empire*.¹⁷ Ainda que o foco de análise de Saller não sejam as “massas”, o autor desenvolve largamente a idéia de que um dos elementos organizadores das elites era as relações diretas de poder, construindo uma conceituação para as relações de patronagem¹⁸ que fundará suas reflexões posteriores. Ainda que Saller, neste momento, destaque apenas um tipo de relação direta de poder e limite sua abrangência às elites romanas, surpreende que tenha dado um tratamento tão mais empobrecedor à análise social em *The Early Principate*. Garnsey, por sua vez, editou um livro, dedicado à parcela livre das “massas”, dadas como obscuras. Contribuiu com um artigo,¹⁹ no qual salienta as graves limitações da compreensão da sociedade romana apenas em termos de ordens jurídicas. Esclarece, logo de início, que “entre os trabalhadores havia numerosos grupos ou categorias cujas posições hierárquicas não são definíveis em termos puramente jurídicos, mas apenas em termos de obrigações, privilégios e nível de sujeição ao poder de outrem”.²⁰ Apesar disto, não procura estabelecer um instrumental que dê uma coesão a esta multiplicidade de fatores. Limitar-se-á às proposições feitas por seu mestre, Moses Finley, de *continuum* social.²¹ Ainda que avançada dentro do contexto das análises historiográficas, seus limites comportam uma larga margem de incompreensão da sociedade, ao atestar uma complexidade frente à qual não se impõe uma perspectiva analítica, mas tão somente uma “descritiva”.²²

Em 1983, Peter Garnsey, desta feita associado a C. R. Whittaker, voltou a editar uma coletânea de trabalhos que tocavam de perto questões vinculadas às “massas”. Trata-se de uma série de artigos sobre o comércio e a fome na Antigüidade Clássica.²³ Na introdução os autores deixam claro qual é o tom de sua abordagem. A fome não é tratada

como um problema que aflija particularmente aquele setor populacional chamado por Garnsey de “massas”. A fome é vista como um problema de mercado: “comércio e fome – onde comércio se entende como comércio de alimentos básicos e fome, pelo oferecimento insuficiente desses itens”.²⁴ Deste modo, a fome recebe ao longo do volume um tratamento que os editores já adiantam na introdução: a fome é um problema logístico que aflige a todos.²⁵ Garnsey, em sua contribuição a este volume,²⁶ faz um quadro fundamentalmente descritivo dos problemas de desabastecimento de gêneros alimentícios em mercados romanos, em especial, na capital. Ele segue, em sua análise, a orientação geral que já destacamos. Para ele, a fome era um problema logístico a ser administrado pelo Estado, um problema administrativo. Os erros administrativos eram cobrados pelo *ordinary people* que, em freqüentes ocasiões, era manipulado por membros da elite, com objetivos políticos. Nesta perspectiva, a conquista das distribuições de trigo pela plebe, que se tornam obrigação do Estado, é tratada como fruto da boa vontade de *champions* que “são movidos primordialmente pela simpatia que tinham pelos pobres urbanos”.²⁷ Aqui, portanto, Garnsey volta a esquecer as idéias de uma multiplicidade do universo social e da importância das relações estabelecidas entre os agentes. As “massas” se transformam em *ordinary people*, mas a abordagem é basicamente a mesma de 1982.

Em 1987, no entanto, Garnsey volta a valorizar as relações entre os agentes sociais. Neste ano publica um livro, em colaboração com Richard Saller: *The Roman Empire. Economy, society and culture*.²⁸ Ambos superarão nessa obra alguns limites que apontamos até aqui. Em primeiro lugar, há uma multiplicação dos tipos de relações de poder. Se antes era apenas uma, agora são três: entre amigos, entre protetor e *protégé* e entre patrono e cliente. Todas elas assumem muito maior relevância na análise dos autores:

O lugar de um romano na sociedade era dado em função de sua posição na hierarquia social,²⁹ pertença a uma família e inserção em uma rede de relações pessoais que se estendia para fora do domínio doméstico. Os romanos estavam obrigados a prestar, e podiam esperar em troca, apoio de seus familiares, parentes e dependentes, tanto daqueles de dentro de sua casa, quanto dos que viviam fora dela, o mesmo valendo para patronos, amigos, clientes, protegidos. Aos olhos de Sêneca, cujo mais longo ensaio moral era dedicado a

esse objeto, as trocas de favores e serviços (benefícia) que marcavam estas relações eram 'as mais importantes amarras da sociedade humana' (Ben. 1, 4, 2). A ênfase de Sêneca na troca recíproca é justificável em diversos níveis: ela relaxava as tensões e conflitos provocadas por divisões e desigualdades sociais e supria muitos dos serviços que hoje nós buscamos em instituições impessoais, sejam governamentais ou privadas.³⁰

Mas antes de vermos como os autores definem cada um dos três tipos de relações, verifiquemos os pressupostos mais gerais que norteiam essas definições particulares. Os autores assumem, aqui, que as relações interpessoais são fundamentais ao funcionamento social. No entanto, parece-nos que há um equívoco quando os autores transformam essas relações, a nosso ver mais adequadamente apreensíveis como relações diretas de poder, em um elemento exclusivamente econômico e de controle social. O papel ordenador e estruturador social é subestimado. Isso se deve a uma leitura particular do lugar das relações diretas de poder na construção da sociedade. Para os autores, as relações diretas de poder ocupam um lugar como que transitório entre outros dois momentos, nos quais essas funções são cumpridas por outros mecanismos. Um deles é anterior e remete aos Estados monárquicos relativamente pequenos (em extensão e população). O Estado, profundamente centralizado, responde sozinho pelo papel de repressor e redistribuidor. Os níveis de produção e demanda por bens e serviços são muito menores e, por isso, mais facilmente administráveis. O segundo momento é bastante posterior. Remete-nos aos Estados modernos, dotados de estruturas burocráticas e marcados pela coexistência com corporações capitalistas, que produzem bens e serviços em massa, além da onipresença do mercado enquanto mecanismo redistribuidor. Nessas estruturas, as relações diretas de poder voltam a perder importância, pois suas funções são cumpridas por estruturas estatais, ou não estatais, conforme o caso. Assim, a repressão fica a cargo do Estado, que detém o monopólio da repressão legítima, enquanto a redistribuição e acesso a bens e serviços é tanto obra do Estado (através da tributação e políticas sociais), quanto das corporações (que produzem o necessário e, mais geralmente, além do necessário) e do mercado (que regula o acesso desigual a bens e serviços, auxiliando a legitimação e estruturação dessas desigualdades).³¹ Deste modo, a

ênfase no controle social e na redistribuição, e a subestimação do papel de ordenador e estruturador das relações diretas de poder, vinculam-se a um mecanismo teleológico. Isso leva a um equívoco: em nome do que foi e do que será, estabelecem uma “continuidade” de milhares de anos, com a qual os agentes sequer sonhavam. Assim, a história comparada cede lugar ao determinismo teleológico e aos seus inevitáveis problemas. A nosso ver, é mais adequado colocar as relações diretas de poder verificáveis na Antigüidade Clássica no espaço da *società civile*. Não entendida como parte da estrutura, como a *bürgerliche Gesellschaft* de Marx, mas enquanto um elemento superestrutural, mais próxima ao modo, como a vê Gramsci.³² Ainda que esta discussão nos pareça apaixonante, é necessário nos deter neste ponto para não ultrapassar os limites que nos impusemos neste artigo. Reservemos essa discussão para um momento futuro, mais oportuno.

É mais útil agora voltar às delimitações dadas pelos autores aos três tipos de relações. Um primeiro esclarecimento se faz necessário para tal. O uso que os autores fazem dos termos “amizade”/“amigo”, “patrono”, “cliente”, “protetor” e “protegido” é conceitual. Desse modo, o mero fato de, em uma fonte específica, um agente tratar ou ser tratado por amigo não significa, necessariamente, que exista uma relação de amizade. Ao uso literário não corresponde, obrigatoriamente, uma adequação conceitual. Uma definição conceitual minimamente rigorosa é necessária para distinguir claramente o conceito e os usos correntes do termo. A amizade, nestes termos, é definida pelos autores colocando-a frente a outros tipos de relações. Assim:

Aqueles que podem trocar benefícios comparáveis são amigos de mesma posição social, enquanto há também aqueles que têm uma posição mais alta ou mais baixa na hierarquia em virtude de sua capacidade de prover serviços maiores ou menores em troca. Alguns romanos tentaram dissimular os favores recebidos, precisamente porque esses implicavam a caracterização de sua inferioridade social, preferindo destacar o fato de que tinham alguém que os auxiliasse.³³

A igualdade entre os indivíduos não remete a algo calculado com rigor matemático. Antes de tudo, porque se funda em uma estimativa, realizada de parte a parte, sobre o nível social do outro e, portanto,

comporta um espaço de imprecisão e, mais importante, um espaço para a representação, no qual os agentes visam à otimização de seus símbolos de *status* e prestígio.³⁴ Além disso, trata-se de uma igualdade qualitativa. Ou seja, um diferencial quantitativo mínimo não era suficiente para criar um desnível qualitativo entre agentes. Enfim, destacam que

a troca entre amigos de posição social e recursos comparáveis tinha um caráter diferente daquelas descritas acima [refere-se a outros tipos de relações]. Aqui, nenhuma das partes estava em uma posição permanente de superioridade, um ou outro podia estar melhor colocado em um momento particular para oferecer um favor.

Ou seja, esta igualdade guarda uma tolerância para com as pequenas instabilidades inevitáveis. Este dado esconde um elemento importante, não destacado pelos autores: a pretensão de perenidade de todas as relações estabelecidas, inclusive aquelas que não são de amizade. Como estas relações servem como elemento de afirmação e estabilização de posições, sua permanência acaba sendo um *a priori sine qua non*. As outras duas relações são definidas a partir desta primeira. Para os autores,

três categorias principais de relações de troca podem ser distinguidas seguindo propósitos analíticos, de acordo com o estatuto social relativo dos homens envolvidos (note-se que as linhas divisórias entre essas categorias não são claras e, algumas vezes, eram intencionalmente obscurecidas pelos próprios romanos): patronos e clientes, amigos superior e inferior (ou patronos e protegidos), e amigos 'iguais' [*equal friends*].³⁵

Note-se que, nesse ponto, as definições tornam-se menos rígidas. Os autores não discorrem sobre o que concretizaria cada uma dessas relações,³⁶ exceto por uma referência à continuidade da prática da *salutatio* sob o Principado. Esta prática é dada como característica das relações entre patronos e clientes.³⁷ Do mesmo modo, os autores não investem na superação do tratamento exclusivamente binomial dado a essas relações. Ou seja, não tratam essas relações em seu conjunto, formando redes diversas que se combinam e competem entre si, mas tão-somente apontam para a interação de um agente frente a outro

(sendo que agente aqui pode ser entendido como um coletivo). Essas interações particulares são isoladas uma das outras, sem compor jamais um universo amplo. Apenas em um ponto há uma superação parcial e tímida desse limite, quando os autores afirmam, sem se estender sobre este ponto, que uma “crescente integração através de redes de relações patronais centradas em Roma era naturalmente mais vantajosa para aqueles bem relacionados – ou seja, para as elites locais”.³⁸

Assim, os autores dão um passo que nos parece importante para a compreensão dos mecanismos de organização da sociedade romana sem, no entanto, aprofundá-lo. Cada avanço se liga a um limite. Se os autores multiplicam os tipos de relações diretas de poder, definem duas delas insuficientemente e se esquecem pelo menos de um quarto tipo que nos parece óbvio, ou seja, senhor-escravo. Se há um destaque para a importância que as relações diretas de poder têm na sociedade romana, não se verifica um esforço correspondente para instrumentalizar os conceitos que foram expostos. Em especial, com o isolamento das relações que são vistas uma a uma, em separado, perde-se o mais importante, as redes de ordenação e controle que, em conjunto, elas estruturam.³⁹

É mais fácil encontrarmos uma explicação sobre o porquê desses limites nos desdobramentos do debate que engendrou. Estes desdobramentos encontram-se no livro editado por Andrew Wallace-Hadrill, já citado por nós.⁴⁰ Trata-se de uma coletânea de trabalhos que resultaram de um seminário de debates, tendo por tema a patronagem na Antigüidade Clássica. Cada autor, após expor suas idéias às críticas dos colegas, teve oportunidade de reformular sua contribuição para destiná-la à publicação. Trata-se, portanto, de um trabalho coletivo que dá uma boa amostra dos caminhos que vêm sendo trilhados por este grupo de pesquisa, preocupado em refletir sobre as relações diretas de poder. Visto isso, passemos a examinar quais são os elementos de consenso na reflexão destes pesquisadores sobre as relações diretas de poder e em quais aspectos há diferenças entre eles.

Um primeiro dado, de quase absoluto consenso, refere-se à definição do que seja a relação patrono – cliente. A delimitação comum ao grupo é aquela dada por Saller em seu livro de 1982.⁴¹ Segundo Saller, a patronagem é uma relação social caracterizável por três elementos: (a) é recíproca, envolvendo troca de serviços entre duas

partes ao longo do tempo; (b) é pessoal, em oposição, por exemplo, a uma relação comercial; e (c) é assimétrica, i. e., envolve partes de diferentes *status*. Garnsey e Woolf propõem a inclusão de um quarto elemento, qual seja, (d) é voluntária, livre de coação legal.⁴²

Outro elemento de consenso se refere a “um sólido consenso entre os colaboradores: se queremos compreender a estrutura das relações sociais na Antigüidade, o estudo da patronagem é uma ferramenta de análise essencial”.⁴³ No entanto, parece-nos difícil compreender dois paradoxos, que dividiremos com o leitor. Primeiro: como perceber o papel das relações de patronagem na totalidade das relações sociais, se elas não são vistas por nenhum dos autores como um sistema de relações diretas de poder, mas tão-somente como relações binomiais entre os agentes que analiticamente são particularizados. Não há por parte de nenhum dos autores a pretensão, nem imediata, nem futura, de estabelecer uma apreciação sistêmica destas relações.⁴⁴ O segundo paradoxo, talvez, explique o primeiro. Ao longo do volume, percebe-se um consenso quase absoluto entre os autores: patronagem é uma relação entre os mais ricos e os menos ricos; os pobres estão de fora. Assim, lemos no artigo de Cloud:

Há outra forma pela qual o satirista do livro 1 [Juvenal] apresenta um retrato historicamente falso do cliente: ele é um homem muito pobre. Ele não possui o censo equestre (3, 155); pede uma *sportula* de 25 asses para pagar sua vestimenta, alimento e moradia (1, 119-120); recusa um jantar grátis oferecido por seu patrono, os clientes são apresentados como miseráveis buscando recursos para pagar seu parco alimento e sua moradia (1, 133). Na verdade, há evidências suficientes para mostrar que Roma não era diferente de muitas outras sociedades ao excluir os que eram muito pobres das relações cliente-patrono; ainda que a relação fosse assimétrica, o cliente tinha que estar apto a contribuir com algo e, sob o Império, os cidadãos muito pobres não tinham nem o voto para oferecer.⁴⁵

Para justificar sua afirmação, dá como “referência definitiva”⁴⁶ a conhecida passagem de Tácito (Hist. 1, 4), que divide os romanos em *pars populi integra et magnis domibus adnexa*, sendo que essas seriam compostas, na opinião de Cloud, por “uma classe que ele coloca a partir

dos principais da ordem equestre” e *sordida plebs*, formada, na visão de Cloud, pela “plebe indigna”.

Temos o mesmo tipo de abordagem na contribuição do editor do volume, Wallace-Hadrill. Segundo ele “patronagem é vista como uma atividade característica das classes mais altas”.⁴⁷ Adiante, o autor procura sustentar seu juízo com as seguintes palavras:

Cidadãos pobres dispersos pela Itália estão longe demais do centro político em Roma para serem objeto de preocupação em função de seus votos; enquanto os pelo menos 250.000 pobres urbanos da capital eram simplesmente numerosos demais para estabelecer relações pessoais significantes com apenas algumas centenas de membros da elite política. Seus votos são, pela pequena dispersão deles, mais efetivamente controlados através do ‘pão e circo’.⁴⁸

Como se vê, seguindo-se esta abordagem das relações diretas de poder, os pobres continuariam nossos desconhecidos, excluídos epistemologicamente das reflexões contemporâneas.

Uma exceção, neste volume, é o artigo de Saller e Woolf, que busca compreender os pobres rurais, ainda que sem uma abordagem sistemática. Sem uma perspectiva totalizante, o artigo percorre um caminho que deixa os pobres sempre como uma massa livremente manipulada, sem volição ou alternativas de afirmação.⁴⁹

Mas essa alternativa de análise, que inclui os pobres nas relações diretas de poder, é periférica. Assim o demonstram as passagens citadas dos artigos de Wallace-Hadrill e Cloud e, mais do que isso, a preocupação de Saller em se defender das críticas que recebeu, por propor que membros da elite fossem clientes de outros agentes.⁵⁰ São os paradoxos da supervalorização do estudo das elites. Os estudiosos a um tempo afirmam que as relações diretas de poder são monopólio das elites, mas não estão muito prontos a ver seus magníficos equestres, ou até mesmo senadores, como clientes. Daí Saller inventar o recurso de substituição: ao invés de patronos e clientes, teríamos amigos de nível inferior ou superior, unidos por vínculos pessoais.⁵¹ Mas quem coloca este problema de forma mais sensível não é Saller, mas Wallace-Hadrill, que, no balanço introdutório que escreveu para o volume, diz sobre este ponto: “Podemos ainda hesitar, em deferência às sensibilidades romanas, em descrever Plínio e alguns jovens protegidos da elite senatorial

dos principais da ordem equestre” e *sordida plebs*, formada, na visão de Cloud, pela “plebe indigna”.

Temos o mesmo tipo de abordagem na contribuição do editor do volume, Wallace-Hadrill. Segundo ele “patronagem é vista como uma atividade característica das classes mais altas”.⁴⁷ Adiante, o autor procura sustentar seu juízo com as seguintes palavras:

Cidadãos pobres dispersos pela Itália estão longe demais do centro político em Roma para serem objeto de preocupação em função de seus votos; enquanto os pelo menos 250.000 pobres urbanos da capital eram simplesmente numerosos demais para estabelecer relações pessoais significantes com apenas algumas centenas de membros da elite política. Seus votos são, pela pequena dispersão deles, mais efetivamente controlados através do ‘pão e circo’.⁴⁸

Como se vê, seguindo-se esta abordagem das relações diretas de poder, os pobres continuariam nossos desconhecidos, excluídos epistemologicamente das reflexões contemporâneas.

Uma exceção, neste volume, é o artigo de Saller e Woolf, que busca compreender os pobres rurais, ainda que sem uma abordagem sistemática. Sem uma perspectiva totalizante, o artigo percorre um caminho que deixa os pobres sempre como uma massa livremente manipulada, sem volição ou alternativas de afirmação.⁴⁹

Mas essa alternativa de análise, que inclui os pobres nas relações diretas de poder, é periférica. Assim o demonstram as passagens citadas dos artigos de Wallace-Hadrill e Cloud e, mais do que isso, a preocupação de Saller em se defender das críticas que recebeu, por propor que membros da elite fossem clientes de outros agentes.⁵⁰ São os paradoxos da supervalorização do estudo das elites. Os estudiosos a um tempo afirmam que as relações diretas de poder são monopólio das elites, mas não estão muito prontos a ver seus magníficos equestres, ou até mesmo senadores, como clientes. Daí Saller inventar o recurso de substituição: ao invés de patronos e clientes, teríamos amigos de nível inferior ou superior, unidos por vínculos pessoais.⁵¹ Mas quem coloca este problema de forma mais sensível não é Saller, mas Wallace-Hadrill, que, no balanço introdutório que escreveu para o volume, diz sobre este ponto: “Podemos ainda hesitar, em deferência às sensibilidades romanas, em descrever Plínio e alguns jovens protegidos da elite senatorial

como patrono e clientes”.⁵² Não é preciso dizer que há motivos para se duvidar que sejam apenas as ‘sensibilidades’ dos romanos que estão em jogo; diria até que elas são, mais uma vez, mero pretexto para afirmar as ‘sensibilidades’ elitistas de alguns autores.

Após termos analisado os elementos fundamentais que compõem o debate sobre as relações diretas de poder na sociedade romana, reunimos os parâmetros analíticos que, em uma perspectiva totalizante, como aquela que defendemos, pareceram suficientes. Estes parâmetros precisaram ser superados ou rearranjados, para servir de base para o estudo da pobreza no *Satyricon*, que empreendemos em nossa dissertação.

Façamos um balanço das críticas que fizemos às proposições da historiografia anglófona da Antigüidade sobre as relações diretas de poder. Um primeiro problema que encontramos se refere à exclusividade dada às relações entre os indivíduos, esquecendo-se de que estas compõem um sistema de relações. Outro ponto problemático é a restritiva visão oferecida, por estes autores, das diversas relações diretas de poder, tanto no que tange à restrição de sua ocorrência aos setores superiores da sociedade, quanto à pouca importância dada à multiplicidade de relações operando ao mesmo tempo em rede. Por fim, destacaríamos um último ponto. Para estes autores, como vimos, as relações diretas de poder existem como uma forma de obter aquilo que o Estado ou as instituições privadas não podem fornecer aos membros de uma sociedade. Deste modo, seriam como uma disfunção social, uma adaptação à incapacidade de o Estado atingir uma configuração mais adequada para acompanhar o crescimento e a complexificação social. Nesta perspectiva, o Estado Moderno e, em especial, seus aparelhos burocráticos, conseguindo impor a toda a sociedade seu poder racional e, por definição, não individual, a par do desenvolvimento do mercado capitalista e de suas corporações, marcam o fim das relações diretas de poder. Em outras palavras, com o capitalismo há a superação desta forma de interação social, marcada pela afirmação sócio-política de determinados agentes sobre outros, sem mediações coletivizantes como o Estado ou o mercado. Há dois equívocos nisto: (a) trata-se de uma visão teleológica que apaga o que, para nós, é um traço de continuidade, (b) vê as relações diretas de poder como apenas individuais e não como elas eram, i. e., sistêmicas. Daí, cria-se o contraste de forma incorreta:

na Antigüidade prevalece o arbítrio individual nas mediações sociais e hoje tem-se a dominância de interações legais e racionais, sendo as ações individuais coletivizadas, fundamentalmente, através do Estado e do mercado. O problema é, desta forma, mal situado. Há um equívoco no procedimento comparativo, marcado pela ausência de uma questão fundamental: qual o 'lugar' ocupado pelas relações diretas de poder no todo complexo da organização social antiga e o que temos, neste mesmo 'lugar', nas sociedades contemporâneas? Sem esta questão respondida, todas as respostas se resumirão a palpites de frágil fundamentação.

Para superar estes problemas, algumas alterações de rumo fazem-se necessárias. Em primeiro lugar, acreditamos que é preciso renunciar a uma perspectiva teleológica como a dos autores que examinamos. Em segundo lugar, defendemos que a análise das relações diretas de poder centre-se nas redes de relações diretas de poder, antes que nas ocorrências particulares destas. Assim, a ênfase analítica não deve ser binomial, fragmentando-se algo que ganha sentido bastante ampliado se visto em seu conjunto. Por fim, cremos útil respeitar a multiplicidade qualitativa destas relações, tratando-as como tipologicamente diferenciadas, sem privilegiar um único tipo, seja qual for.

Colocados estes novos parâmetros, impõe-se que estabeleçamos algumas definições conceituais que ou inexistem no debate que examinamos, ou são insuficientes. Iniciemos pelas relações diretas de poder. Relações diretas de poder são interações estabelecidas entre os agentes, pressupondo alguns elementos, dentre os quais destacamos:

- (a) uma pretensão de longa duração;
- (b) a ausência de uma regulação legal ou coercitiva;⁵³
- (c) a ocorrência de uma troca regular⁵⁴ de bens, serviços ou demonstração de distinção,⁵⁵ como elementos concretizadores da relação;
- (d) a flexibilidade, no sentido de que podem se alterar pela promoção social qualitativamente significativa de um dos agentes;
- (e) a existência de uma estimativa recíproca da posição social de um agente pelo outro, que será assumida como diferente, ou igual, segundo o tipo determinado de relação de poder estabelecida.

Para explicar melhor este um último ponto é necessário que lembremos a existência das estratégias de afirmação, i. e., do conjunto de ações empreendidas pelos indivíduos para valorizar seus trunfos sociais. Obviamente, os exemplos são inesgotáveis por depender do meio social em que um agente se insira, e de quais signos sejam valorizados neste meio. Os meios através dos quais os agentes procuram valorizar ao máximo os signos sociais positivamente estimados e ocultar aqueles negativos, buscando, como resultado, obter uma inserção hierárquica mais privilegiada em seu meio do que conseguiria se se abstivesse de fazê-lo podem ser chamados de estratégia de afirmação.

A estratégia de afirmação depende sempre de uma estratégia de sobrevivência, com a qual se liga de modo recíproco. A estratégia de sobrevivência é aquela que produz os signos que serão otimizados pela estratégia de afirmação. As duas, em geral, atuam em conjunto. Por exemplo, se um indivíduo aspira a ser senador, terá que desenvolver uma estratégia de sobrevivência que gere recursos condizentes com a posição pretendida. Mas apenas isso, por certo, de pouco valeria. Terá, ainda, que criar uma estratégia de afirmação eficiente, que possibilite que os signos produzidos pela sua estratégia de sobrevivência sejam acatados, como válidos e suficientes, pelos agentes que controlam o acesso ao grupo dos senadores.

Como destacamos, os impulsos obtidos pela estratégia de afirmação intervêm, negativa ou positivamente, conforme o caso, na estratégia de sobrevivência, e vice-versa. O sucesso ou fracasso do exercício dessas estratégias é medido pela capacidade de afirmação dos indivíduos frente aos outros agentes com os quais interagem. Esta competição entre os agentes⁵⁶ cria, em conseqüência, posições que são arranjadas e clarificadas pela situação que um agente tem frente ao outro. Daí a importância decisiva das relações diretas de poder, que servem como elemento concretizador dessas posições relativas. Como se vê, as relações diretas de poder não são produto de uma insuficiência do Estado, do mercado, ou seja lá o que for, mas obedecem à necessidade de uma sociedade que se hierarquiza a partir de diversos impulsos, sem que nenhum seja determinante. Percebe-se, assim, que tentar entender o significado desse rico mecanismo através de uma história comparativa fragmentada só levará a equívocos,⁵⁷ que poderão

ser largamente manipuláveis. Tudo dependerá de como se fragmenta a comparação.

Passemos agora aos diferentes tipos de relações diretas de poder. Esta tipologia é criada pelos próprios agentes, fundamentalmente através de dois meios: pela estimativa de uma diferença entre suas posições sociais, que deve ser qualitativamente significativa, ou pela criação unilateral desta diferença (caso da relação senhor-escravo e da relação patrono-liberto). Para a definição da relação de *amicitia*, é útil partirmos daquela dada por Garnsey e Saller: “Aqueles que podem trocar benefícios comparáveis são amigos de igual posição social.”⁵⁸ Esta característica, lembrada pelos autores, é mais um elemento ligado à manutenção da relação do que referente a seu estabelecimento. Dois agentes tornam-se amigos não pela capacidade de trocar benefícios comparáveis, mas por um elemento anterior: a estimativa de uma equidade de posições.⁵⁹ A troca, que é posterior enquanto prática regular, serve, assim, para testar o estimado e concretizar a persistência da relação.

Para a definição patrono-cliente/liberto, podemos partir daquela proposta por Saller, ainda que esta, como já destacamos, procure refletir tão-somente as ocorrências destas relações entre as elites romanas. Saller não contempla em sua reflexão a posição dos setores subalternos. Para ele, esta se caracteriza por três elementos:

Primeiro, envolve a troca recíproca de bens e serviços. Segundo, para distingui-la de uma transação comercial de mercado, precisa ser uma relação pessoal e duradoura. Terceiro, precisa ser assimétrica, no sentido em que as duas partes têm *status* desiguais e oferecem tipos diferentes de bens e serviços na troca.⁶⁰

Mais uma vez, nossa ênfase não se coloca na troca de bens, que ocorreria através destas relações, pela falta de outros mecanismos eficientes para obtê-los. A relação patrono-cliente/liberto é durável, não por se distinguir de “uma transação comercial”, mas por ser uma relação sócio-política que só tem sentido se for perene. Além disso, é assimétrica não porque os bens, serviços (e demonstrações de dignidade,

incluiríamos), que são trocados sejam desiguais, mas pela pressuposição dos agentes envolvidos de que há uma diferença na posição social dos mesmos e que esta deve se mostrar e testar. Isto é feito através da reprodução desta desigualdade na afirmação de diversas capacidades de promover benefícios que é, aí sim, manifestada e concretizada através da troca de benefícios desiguais. Garnsey e Woolf⁶¹ propuseram que se acrescente uma quarta característica: a relação entre patrono e cliente é voluntária, não legalmente coagida. Discordamos desta proposição dos autores por ela excluir todas as relações patrono-liberto, sem que vejamos motivo para tal. A nosso ver, não há porque separá-las em duas tipologias distintas. Note-se que até mesmo o nome dado ao agente que ocupa a posição superior da relação não se altera de um caso a outro. O liberto pode ser associado à figura do cliente no quadro das relações diretas de poder, sem maiores problemas. O que diferencia um do outro é a forma de criação do vínculo. Se o cliente o estabelece de forma voluntária, o liberto o cumpre de forma necessária, independente de sua vontade. Ao ser alforriado, passa a ser liberto de seu ex-senhor, queira ou não, cabendo-lhe uma série de obrigações para com seu ex-senhor, algo que não fica a seu critério, mas depende totalmente do arbítrio do seu *patronus*. No entanto, se nesses aspectos o liberto se vê em desvantagem em relação à forma pela qual o cliente estabelece seu vínculo com o patrono, há outros em que o desprestígio se transforma em vantagem. Exatamente por estar juridicamente atrelado ao *patronus*, o liberto adquire uma maior capacidade de ganhar sua confiança, em especial se foi libertado em função de sua atuação como escravo ter sido positivamente estimada pelo senhor. Deste modo, cliente e liberto são iguais no fundamental: são estimados – e se estimam – com uma posição social inferior em relação a seu patrono; estabelecem um vínculo duradouro com este *patronus* ao qual deverão prestar benefícios em troca de algumas vantagens. Assim, o que há de diverso de um para outro é a forma de ingresso nesta relação e não a sua gestão dela. A forma de ingresso, uma ou outra, pode tanto ser positiva quanto negativa para cada um destes agentes.

Quanto à relação protetor-protégido, as indicações dos autores que examinamos são pouco claras para serem aproveitadas. A relação protetor-protégido é, talvez, o tipo mais complexo de todos. Por quê? Porque é a única delas que pode tomar por pressuposto, não

possibilidade, que um dos agentes envolvidos tenha sua posição alterada qualitativamente. Ela se destina, entre outras coisas, exatamente a promover sua ascensão e, portanto, à transformação desta relação. Ou seja, uma das possibilidades de estabelecimento de uma relação protetor-protégido é dada pela estimativa de que o protegido obterá uma ascensão social significativa. Desse modo, um jovem, controlador de signos como riqueza, tradição familiar, erudição, mas ainda sem um *cursus honorum*, pode conseguir um protetor que abra-lhe os caminhos. Este auxílio trará como resultado que protetor e protegido já não terão mais posições sociais qualitativamente tão diversas e deverão se tornar amigos. E qual a vantagem para o protetor? Ele ganha um amigo muito confiável. Lembre-se que o estabelecimento dessas relações obedece ao que poderíamos chamar de aquisição de recursos escassos. Os agentes buscam para si relações específicas, analisando alternativas com cautela, porque há uma ausência relativa da recusa às funções de cliente, patrono, protetor, protegido e amigo, em especial nos setores mais elevados da sociedade, onde as trocas envolvidas e os riscos oferecidos ao prestígio dos agentes são maiores. Daí empreender todo um processo de conquista de um amigo importante é, sem dúvida, visto como um processo que serve aos interesses do protetor. A outra modalidade de relação protetor-protégido também se explica em função da aguda carência de recursos humanos. Trata-se, por exemplo, da proteção oferecida aos artistas, em especial aos literatos. A erudição era um signo de prestígio social, que só raramente se encontrava desconectada a outros signos complementares de uma posição social elevada. Deste modo, os eruditos com uma posição social inferior, que se dispunham a colocar sua arte a serviço de outrem, logravam muitas vezes estabelecer uma relação direta que se distingüia da patrono-cliente, pelos privilégios diferenciados que supunha. Um mecanismo semelhante pode operar no caso da figura do amante, entre outros.

A relação direta de poder entre senhor-escravo envolve um elemento de complexidade que é decisivo, i. e., sua instauração depende da vontade de um dos agentes apenas. Este fator determina a relação social entre senhor e escravo. O uso da coação extra-econômica, o arbítrio particular do emprego da violência, a legitimação da expropriação involuntária do trabalho são elementos criados e reproduzidos externamente ao escravo. Estes elementos determinam

diretrizes básicas, mas deixam em aberto outros aspectos da inter-relação, que são criados através da relação direta de poder. É a capacidade de afirmação de desejos e interesses, de parte a parte, que determinará o nível de violência empregado para a expropriação do trabalho, as condições de vida de cada escravo, sua posição no conjunto do plantel, suas possibilidades de maior autonomia, quer constituindo família, quer tendo atividades econômicas particulares, quer gozando do direito de ir e vir, quer pela autonomia para o estabelecimento de outras relações diretas de poder que não a que tem com o senhor, etc. Deste modo, parece-nos adequado tratar a relação senhor-escravo como, também, uma relação direta de poder, reconhecendo-a como diversa das outras.

Finalmente, entendemos por redes de relações diretas de poder um conjunto de relações diretas de poder interconectadas. Deste modo, constituem redes de relações diretas de poder os coletivos das relações estabelecidas por cada indivíduo com seu(s) cliente(s) e liberto(s), escravo(s), protegido(s), amigo(s), protetor(es), senhor e patrono(s). A extensão destas redes é obviamente muito variável e depende da capacidade de cada agente em estabelecer interações desta espécie ou de se inserir em redes mais ou menos extensas. Assim, um escravo de um pequeno camponês, com o qual trabalha ombro a ombro, e um escravo imperial inserem-se em redes de relações diretas de poder de extensões bastante diferenciadas. Um proprietário de muitas terras, que pretenda trilhar um *cursus honorum* relevante, tenderá a construir uma rede de relações diretas de poder mais extensa do que um outro, que não tenha tais pretensões. Para uma última exemplificação, um pequeno proprietário de terras terá menor possibilidade de construir relações diretas de poder do que um grande proprietário, em função da menor capacidade de sustentar as trocas exigíveis como concretizadoras destas relações.

Queremos crer que, com esses apontamentos, tenhamos apresentado elementos que se fazem fundamentais à compreensão das relações sociais na Antigüidade. Levar em consideração as relações diretas de poder significa, a nosso ver, fazer uso de instrumentos que permitem qualificar melhor o peso tanto de elementos estruturais, fundamentais à concepção de situações de classe, quanto aqueles super-estruturais, indispensáveis à análise das situações estamentais,

possibilitando uma apreensão integrada desses elementos que são, em geral, colocados em separado, em detrimento de alguns deles, conforme a perspectiva analítica. Essa opção foi aplicada por nós na análise do *Satyricon*, tendo apresentado bons resultados.⁶² Nossa pretensão é, dando continuidade à nossa pesquisa, ampliar o instrumental que sumarizamos nesse artigo.

O que se desenvolveu e testou ao longo da pesquisa de Mestrado foi uma alteração de ênfase e um instrumental analítico-conceitual dedicado à melhor compreensão de uma fonte historiográfica, e não um modelo geral de análise social. Parece-nos certo que a alteração de ênfase, com a valorização da percepção do papel que têm os setores subalternos, seria de grande proveito para o estudo da Antigüidade Clássica. Mesmo aqueles eruditos, que se dedicam a compreender as elites dessas sociedades, teriam muito a ganhar com isso, mesmo porque dar ênfase aos setores subalternos não significa desprezar a atuação daquela ínfima minoria que compõe as elites. Digo mesmo que não deve, sob pena de simplesmente invertermos o equívoco hoje dominante, sem resolvê-lo. Por outro lado, se pensamos na perspectiva de uma aplicação mais ampla do instrumental analítico-conceitual que adotamos, notaremos que a transposição já não é tão simples. A nosso ver, há sérios limites neste sentido. Para tal, seria necessário procurar situar melhor o lugar das relações diretas de poder no universo mais amplo das relações sociais estabelecidas pelos agentes. Em outras palavras, há de se responder, de forma precisa e clara, perguntas como: Qual a ligação entre as relações diretas de poder e as relações sociais de produção, e o mercado, e as relações institucionais, e os privilégios jurídicos, e os mecanismos “legítimos” de repressão? Qual seu papel na criação de identidades sociais que propiciem ações coletivas, ou, ao contrário, na atomização destas identidades?

Pela ampliação do instrumental analítico-conceitual que empregamos, cremos que será possível estabelecer, na mesma perspectiva deste estudo, uma análise de um espectro documental e temporal mais amplos.

Abstract

This article reports the partial results of a broader research that tried to grasp the construction promoted by Petronius to characterize the poor free characters and their

social action strategies. In order to carry out such an examination, the analytical propositions based on class and rank (Stand) were considered insufficient, and thus we deepened the discussion promoted by english-speaking authors about direct power relationships. This alternative, although not free from problems, offers interesting opportunities for the understanding of the changing and complex universe of Roman lower social sectors. It is the result of the critical examination of this alternative that we intend to synthesize throughout this paper.

Notas

- 1 FAVERSANI, Fábio, *A pobreza no Satyricon de Petrônio*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- 2 A apreciação sobre os limites dos conceitos de classe e estamento para os nossos propósitos analíticos encontra-se nas páginas 60 a 72 da Dissertação citada na nota anterior.
- 3 Como exemplos bastante conhecidos, temos: PETIT, Paul. *A paz romana*. São Paulo: Edusp, Pioneira, 1989, da excelente Coleção Nouvelle Clio e o sempre clássico de ROSTOVTZEFF, M. *Historial Social y Económica del Imperio Romano*, 2 v. Madrid: Espasa-Calpe, 1937, infelizmente, sem tradução portuguesa.
- 4 FINLEY, M.I. *A economia antiga*, 2 ed., Porto: Afrontamento, 1986; e FINLEY, M.I, *Entre a escravidão e a liberdade*, In: _____. *Economia e sociedade na Grécia Antiga*, São Paulo: Martins Fontes, 1988. Para um estudo excelente sobre um grupo específico, veja-se BRUNT, P. A., *La plebe romana*, In: FINLEY, M.I. (org.), *Estudios sobre Historia Antigua*, Madrid: Akal, 1981, p. 87-118, no qual o autor demonstra e analisa a pluralidade da plebe urbana, em geral vista como homogênea, como uma única classe ou único estamento.
- 5 ALFÖLDY, Géza. *História social de Roma*. Madrid: Alianza, 1987.
- 6 Só assim é possível que elementos que cumpriam com os requisitos legais de absorção à ordem senatorial continuassem como eqüestres. Demonstra-se que sua promoção não era automática e dependia de pressupostos que não estavam escritos em lei alguma, mas que a todos era uma clara regra do jogo social.
- 7 Esta incompreensão é reconhecida pelo autor e atribuída às lacunas que as próprias fontes teriam criado.

- 8 Para tal GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. *The Roman Empire. Economy, society and culture*. London: Duckworth, 1987, em especial cap. 8.
- 9 Cf. WALLACE-HADRILL, Andrew. Introduction. *Patronage in ancient society*. London: Routledge, 1990. (Leicester-Nottingham studies in Ancient History, 1). p. 1-13.
- 10 GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. *The Early Principate. Augustus to Trajan*. Oxford: At Clarendon Press, 1982 (New Surveys in the Classics, 15).
- 11 GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. *Op. cit.*, p. 23.
- 12 GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. *Op. cit.*, p. 23.
- 13 GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. *Op. cit.*, p. 24.
- 14 GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. *Op. cit.*, p. 26.
- 15 GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. *Op. cit.*, p. 26. Note-se que os autores fazem os conceitos de estamento e classe intercambiáveis. Não justificam esta opção, talvez porque não saibam como fazê-lo.
- 16 GARNSEY, Peter (ed.). *Non-slave labour in the greek-roman world*, Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- 17 SALLER, Richard. *Personal patronage under the Early Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 1.
- 18 SALLER, Richard. *Op. cit.*, p. 1.
- 19 GARNSEY, Peter, Non-slave labour in the roman world. In: GARNSEY, Peter (ed.), *Non-slave labour in the greek-roman world*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, p. 34 -64.
- 20 Idem, p. 34.
- 21 Idem, p. 43-4.
- 22 Para uma crítica nesse sentido, veja-se STE. CROIX, G. E. M. *The class struggle in the ancient greek world*, London: Duckworth, 1981, p. 58 ss.. A crítica de Ste. Croix a Finley não conta integralmente com nossa concordância, mas, nesse aspecto específico que mencionamos, parece-nos muito adequada, ainda que não se desenvolva suficientemente por assumir um tom *ex cathedra*.
- 23 WHITTAKER, C. R.; GARNSEY, Peter (eds.). *Trade and famine in classical antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. (Cambridge Philological Society, Supplementary Volume, 8).

- 24 Idem, p. 1.
- 25 Idem, p. 2.
- 26 GARNSEY, Peter. Famine in Rome. In: WHITTAKER, C. R.; GARNSEY, Peter (eds), *op. cit.*, p. 56-65.
- 27 Idem, p. 63.
- 28 GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. *The Roman Empire. Economy, society and culture*. London: Duckworth, 1987.
- 29 Note-se aqui a fidelidade ao esquema de ordenação jurídica como determinante. Obviamente os autores tratam a hierarquia de estatutos jurídicos como sinônimo de hierarquia social. Se assim não for é um truísmo banal dizer que o “lugar” de um romano na sociedade estava em função de sua posição na hierarquia social, dispensando que se elencasse outros elementos e que, além disso, se desse destaque a um outro elemento: as relações interpessoais.
- 30 GARNSEY, Peter; SALLER, Richard, *op. cit.*, 1987. p. 148.
- 31 Para uma apreensão semelhante a essa que expusemos, que é aquela não só de Garnsey e Saller, bem como de todos os autores anglófonos que têm se dedicado a este debate, veja-se a crítica feita por dois sociólogos que foram convidados para participar como “críticos externos” de um simpósio que se dedicou a discutir as relações de patronagem na Antigüidade Clássica e, mais especialmente, em Roma. Cf. JOHNSON, Terry; DANDEKER, Christopher, Patronage: relation and system, In: WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990 (Leicester-Nottingham studies in Ancient History, 1), p. 219-42. Note-se que os autores também atribuem ao coletivo de historiadores essa apreensão e que, mais importante, essa é tomada como legítima pelo editor do volume. Cf. WALLACE-HADRILL, Andrew. Introduction, In: *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990. (Leicester-Nottingham studies in Ancient History, 1), p. 5. Deste modo, esta leitura que fizemos, que poderia parecer por demais aventurosa ao leitor, parece-nos que se mostra perfeitamente vinculada ao que é possível deduzir do que apresentam os autores em seus textos.
- 32 Veja-se, sobre os entendimentos possíveis do conceito de sociedade civil, BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*, 3. reimpr.,

Rio de Janeiro: Graal, 1994 (Biblioteca de Ciências Sociais/Série Política, 23).

- 33 GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. *Op. cit.*, 1987, p. 149.
- 34 Para um excelente estudo sobre as práticas de representação, parece-nos útil o trabalho de um sociólogo que examina muito satisfatoriamente este elemento da interação social: GOFFMAN, Erving. *La presentación de la persona en la vida cotidiana*. Buenos Aires: Amorrortu, 1971. Parecem interessantes, em especial, mas não só, as páginas da introdução, em que o autor expõe os instrumentos de análise (p. 13-87). Para Goffman, “Ser um tipo dado de pessoa não significa simplesmente possuir os atributos requeridos, mas também manter as normas de conduta e aparência que se atribui ao grupo social ao que se pertence. (...) [Essa representação] realizada com facilidade ou torpeza, consciência ou não, boa ou má fé, é, de qualquer modo, algo que deve ser representado e percebido, algo que deve ser levado a cabo” (p. 86).
- 35 GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. *Op. cit.*, 1987, p. 149.
- 36 O que surpreende, à primeira vista, já que, como destacamos anteriormente, Saller, em seu livro sobre patronagem dava, logo na primeira página, uma definição sobre o que entendia ser a relação patrono-cliente, ainda que essa visasse de forma exclusiva ao ambiente das elites romanas tão somente. Essa definição de Saller não havia sido descartada. Tanto é assim que ela vai ser retomada, anos depois, não só por ele mesmo, como pelos diversos outros autores que participaram do livro editado por Andrew Wallace-Hadrill sobre patronagem no Mundo Antigo, como a definição desse conceito que serviu como norteadora da quase totalidade dos artigos, conforme examinaremos adiante.
- 37 GARNSEY, Peter; SALLER, Richard, *op. cit.*, 1987, p. 151.
- 38 GARNSEY, Peter; SALLER, Richard, *op. cit.*, p. 152.
- 39 Para uma crítica que percorre caminho semelhante, remetemos mais uma vez para o artigo de JOHNSON, Terry; DANDEKER, Christopher. Patronage: relation and system, In: *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990 (Leicester-Nottingham studies in Ancient History, 1), p. 219-42. Esta crítica, aliás, já se encontra relativamente bem estabelecida na literatura sociológica (Cf. MAR-

- TIN, Roderick, *Sociologia do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 84).
- 40 WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990 (Leicester-Nottingham studies in Ancient History, 1).
- 41 SALLER, Richard, *op. cit.*, 1982, p. 1.
- 42 GARNSEY, Peter; WOOLF, Greg. Patronage of the rural poor in the Roman world. In: WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.), *Patronage in Ancient Society*, London: Routledge, 1990 (Leicester-Nottingham Studies in Ancient History, 1), p. 153-70.
- 43 WALLACE-HADRILL, Andrew. Introduction. In: WALLACE-HADRILL, A. (ed.), *op. cit.*, p. 7.
- 44 Mais uma vez, estamos na companhia dos sociólogos que cumpriram o papel de críticos externos neste encontro. Eles apontam para o mesmo problema: JOHNSON, Terry; DANDEKER, Christopher. Patronage: relation and system, In: WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.), *op. cit.*, p. 219-42.
- 45 CLOUD, Duncan, The client-patron relationship: emblem and reality in Juvenal's first book. In: WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.), *op. cit.*, p. 210 .
- 46 Idem, p. 210.
- 47 WALLACE-HADRILL, Andrew. Patronage in Roman society: from Republic to Empire. In: WALLACE-HADRILL, Andrew. (ed.), *op. cit.*, p. 64.
- 48 Idem, p. 69.
- 49 GARNSEY, Peter; WOOLF, Greg. Patronage of the rural poor in the Roman world. In: WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.). *op. cit.*, p. 153-70.
- 50 SALLER, Richard. Patronage and friendship in early imperial Rome: drawing the distinction. In: WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.), *op. cit.*, p. 49-62.
- 51 Essa mudança gera um problema suplementar se lembrarmos que, com isso, as três relações interpessoais delineadas em 1987 (cf. citação supra à p. 10) tornam-se duas apenas. Anteriormente, distinguia-se entre patrono e cliente e aquelas envolvendo amigo superior e inferior (ou patrono e protegido), conforme as denominações oferecidas pelos autores, ou protetor e protegido, como preferimos

designar esse último caso, diferenciando-o mais claramente daquele primeiro. As duas relações, em função do “ajuste” promovido por Saller, agora se confundem completamente.

- 52 WALLACE-HADRILL, Andrew, *op. cit.*, p. 5.
- 53 Há, naturalmente, elementos legais ou coercitivos que intervêm nas relações diretas de poder como limitadores do seu espectro de alcance ou como definidor de sua tipologia. Assim, por exemplo, a relação senhor-escravo é um tipo de relação direta de poder que tem nos mecanismos legais e coercitivos os fundamentos de sua criação e manutenção, mas estes recursos não regulamentam ou prevêm – e nem poderiam – todo um elenco de ajustamentos desta interação que pertence ao universo das relações diretas de poder. Deste modo, a criação da figura dos “favoritos”; o fato de um escravo ser punido, ou não; ser distingüido com a possibilidade de amealhar um *peculium*, ou não, etc.; tudo pertencerá a um nível de ajustamentos regulados pelas relações diretas de poder entre senhor e escravo.
- 54 Obviamente que definir o que significa regularmente em termos de freqüência temporal é impossível. Há uma variabilidade dada por diversos índices, como: distância espacial que separa os agentes, interesse das partes de afirmar com maior ou menor regularidade sua ligação, capacidade de ambos propiciarem esta troca, etc. Desse modo, regular pode significar diariamente ou anualmente, o que importa é que estas trocas devem se efetuar de tempos em tempos, conforme pareça necessário e possível aos agentes.
- 55 Há elementos que entram nestes mecanismos de troca que nos parecem ser dificilmente associáveis às categorias bens e serviços, como, por exemplo, a presença do *cliens* na casa do *patronus* logo ao amanhecer. Que serviço gera o *cliens* ao prestar a *salutatio*? Na verdade, parece-nos mais correto afirmar que ele cria, em conjunto com muitos outros clientes, uma amostra de distinção para o *patronus* exibir. E esta demonstração é possível não simplesmente pelo que os clientes fazem, mas pelo fato de outros agentes observarem que eles o fazem. Assim, fica difícil tomar tal como serviço se não é isso que ele é e nem é esta a lógica a que ele obedece. Outro exemplo: um eqüestre ascendente recebe um serviço quando ganha o direito de freqüentar a casa de um senador, de caminhar ao seu

lado? Não, tão-somente ganha uma mostra de distinção que poderá dinamizar através de sua estratégia de afirmação.

- 56 Quando falamos em competição, é preciso esclarecer, não nos referimos a uma “seleção social” (a exemplo da seleção natural). Uma e outra coisa são absolutamente diversas; existem e operam segundo lógicas totalmente díspares. Cf. ELSTER, Jon. *Ulises y las sirenas. Estudios sobre racionalidad e irracionalidad*, México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- 57 Cf. já alertava M. I. Finley: “O método de análise comparativa por fragmentação é limitado e, em última análise, enganoso”. In: *Economia e sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 228.
- 58 GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. *The Roman Empire. Economy, society and culture*, London: Duckworth, 1987, p. 149.
- 59 Como já lembramos não se trata de uma equidade quantitativa, mas qualitativa, que comporta, inclusive, um certo nível de flutuação nas posições dos agentes ao longo do tempo.
- 60 SALLER, Richard. *Personal patronage under the Early Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 1.
- 61 GARNSEY, Peter; WOOLF, Greg. Patronage of the rural poor in the Roman world. In: WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.), *Patronage in Ancient Society*, London: Routledge, 1990. (Leicester-Nottingham studies in Ancient History, 1), p. 153-70.
- 62 FAVERSANI, Fábio. *A pobreza no Satyricon de Petronio*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Referências Bibliográficas

- ALFÖLDY, Géza. *História social de Roma*. Madrid: Alianza, 1987.
- BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. 3 reimpr. Rio de Janeiro: Graal, 1994. (Biblioteca de Ciências Sociais/Série política, 23).
- BRUNT, P. A. La plebe romana. In: FINLEY, M.I. (org.) *Estudios sobre Historia Antigua*. Madrid: Akal, 1981. p. 87-118.

- CLOUD, Duncan. The client-patron relationship: emblem and reality in Juvenal's first book. In: WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990. p. 205-18. (Leicester-Nottingham Studies in Ancient History, 1).
- ELSTER, Jon. *Ulises y las Sirenas. Estudios sobre racionalidad e irracionalidad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- FAVERSANI, Fábio. *A pobreza no Satyricon de Petrónio*. São Paulo, 1995, Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FINLEY, M.I. Entre a escravidão e a liberdade. In: _____. *Economia e sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- FINLEY, M. I. *A Economia Antiga*. 2 ed. Porto: Afrontamento, 1986.
- FINLEY, M. I. *Economia e sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- GARNSEY, Peter. Famine in Rome. In: WHITTAKER, C. R., GARNSEY, Peter (eds.). *Trade and famine in Classical Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 56-65. (Cambridge Philological Society, Supplementary Volume, 8).
- GARNSEY, Peter. Non-slave labour in the Roman world. In: GARNSEY, Peter (ed.). *Non-slave labour in the Greek-Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. p. 3-64.
- GARNSEY, Peter (ed.). *Non-slave labour in the Greek-Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. *The Early Principate. Augustus to Trajan*. Oxford: At Clarendon Press, 1982. (New Surveys in the Classics, 15).
- GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. *The Roman Empire. Economy, society and culture*. London: Duckworth, 1987.
- GARNSEY, Peter; WOOLF, Greg. Patronage of the rural poor in the Roman world. In: WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990. p. 153-70. (Leicester-Nottingham studies in Ancient History, 1).
- GOFFMAN, Erving. *La presentación de la persona en la vida cotidiana*. Buenos Aires: Amorrortu, 1971.
- JOHNSON, Terry; DANDEKER, Christopher. Patronage: relation and system. In: WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.). *Patronage in*

- Ancient Society*. London: Routledge, 1990. p. 219-42. (Leicester-Nottingham Studies in Ancient History, 1).
- MARTIN, Roderick. *Sociologia do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PETIT, Paul. *A paz romana*. São Paulo: EDUSP/Pioneira, 1989.
- ROSTOVTZEFF, M. *Historial social y económica del imperio romano*. 2 v. Madrid: Espasa-Calpe, 1937.
- SALLER, Richard. Patronage and friendship in early imperial Rome: drawing the distinction. In: WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990. p. 49-62. (Leicester-Nottingham Studies in Ancient History, 1).
- SALLER, Richard. *Personal patronage under the Early Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- STE. CROIX, G. E. M. *The class struggle in the Ancient Greek World*. London: Duckworth, 1981.
- WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990. (Leicester-Nottingham Studies in Ancient History, 1).
- WALLACE-HADRILL, Andrew. Introduction. In: WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990. p. 1-13. (Leicester-Nottingham Studies in Ancient History, 1).
- WALLACE-HADRILL, Andrew. Patronage in Roman society: from Republic to Empire. In: WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990. p. 63-87. (Leicester-Nottingham Studies in Ancient History, 1).
- WHITTAKER, C. R.; GARNSEY, Peter (eds.). *Trade and famine in Classical Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. (Cambridge Philological Society, Supplementary Volume, 8).